



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003574-37.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC

ASSUNTO: Análise - Minuta do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 07/2022 – Contratada: **OMNICENTRAL TECNOLOGIA EIRELI** – Objeto: Serviço de fornecimento de solução de comunicação multicanal através da internet, baseado em computação em nuvem.

PARECER JURÍDICO Nº 8 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo que abriga os atos da contratação firmada entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a empresa **OMNICENTRAL TECNOLOGIA EIRELI**, tendo como objeto a prestação de serviço de fornecimento de solução de comunicação multicanal através da internet, baseado em computação em nuvem, para atender a demanda deste Tribunal, conforme o Contrato n. 07/2022 ([0818495](#)), com termo final em 20/04/2023.

02. Por meio da Solicitação STIC ([0948450](#)), o Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC registrou que o contrato da solução *chatbot* vence em 20/04/2023, havendo previsão de renovação contratual e solicitou a formalização da demanda para a renovação do contrato pela unidade gestora, caso a solução ainda atenda a sua finalidade.

03. Em seguida, na Informação n. 95/2022 - ORE-RO ([0948834](#)), a ouvidoria registrou que *"o chatbot tem atendido a finalidade para o qual foi proposto. O chatbot foi o serviço digital mais acessado pelo eleitores na Ouvidoria. Por esse motivo, a Ouvidoria é a favor da renovação do contrato"* e a ASEPS, por meio da Informação n. 32/2022 ([0963004](#)) informou que *"a solução chatbot tem atendido sua finalidade, de forma que mostra-se vantajosa a continuidade do serviço com eventual renovação do contrato"*.

04. Assim, a equipe de planejamento da contratação, trouxe ao processo os seguintes documentos:

a) e-mail com a manifestação do interesse na renovação do contrato pela empresa OMNICENTRAL TECNOLOGIA EIRELI e sua proposta ([0964864](#) e [0964867](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) cotações de preço nos eventos [0964962](#) e [0964964](#), que não obtiveram resposta;

c) **Análise de Viabilidade** ([0964855](#)), que concluiu pela manutenção da atual solução contratada, por meio da prorrogação do contrato por mais 12 meses, vez que demonstrou-se compatível com os valores praticados no mercado no valor total de **R\$ 262.068,00** (duzentos e sessenta e dois mil e sessenta e oito reais), sendo este o mesmo valor praticado no Contrato 07/2022 do TRE-RO.

d) **Sustentação do Contrato** ([0965006](#)), que basicamente reproduz as regras da contratação originária;

e) **Estratégia para Contratação** ([0965565](#)), com o registro da equipe de gestão da contratação. O titular da Assessoria Especial da Presidência (ASESP), Edilson Santos da Costa na qualidade de gestor do contrato, enquanto na fiscalização do contrato para o Assistente V da Ouvidoria Regional Eleitoral (ORE), Daniel Vitor de Laia Ferreira.

f) **Análise de Riscos** ([0965609](#)), que reproduz o mapa de riscos da contratação originária.

05. Em seguida, por meio da Remessa n. 02/2023 - NATCTIC ([0966288](#)), o chefe do núcleo registrou que após a equipe de planejamento realizar os estudos técnicos preliminares, concluiu-se pela viabilidade/vantajosidade da prorrogação do contrato atual, cujos valores estão de acordo com o praticado pelo mercado.

06. Remetidos os autos à Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), seu Secretário substituto acolheu a manifestação e os documentos do estudo preliminar produzidos pela equipe de planejamento da contratação ali mencionados e deu continuidade à tramitação da renovação da contratação, consoante remessa à SAOFC ([0966418](#)).

07. Na sequência, a Secretária da SAOFC, mediante Despacho 133/2023 ([0969399](#)), determinou a programação orçamentária pela Coordenação de Orçamento, Finança e Contabilidade (COFC), a elaboração da minuta do termo aditivo pela Seção de Contratos (SECONT), e, após, análise e deliberação do referido documento pela Assessoria Jurídica da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (AJSAOFC).

08. Após a Remessa n. 111/2023 - COFC ([0969508](#)), a SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária - 2023PE000056 ([0969596](#)) no valor de **R\$ 262.068,00** (duzentos e sessenta e dois mil



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sessenta e oito reais) para o custeio das despesas com execução prevista no exercício de 2023 ([0969596](#)).

09. Por fim, a SECONT juntou a minuta de Termo Aditivo n. 01 ao Contrato TRE-RO n. 07/2022 ([0970888](#)). **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

10. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI 0003574-37.2021.6.22.8000) até a presente data.

11. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

12. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

13. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC

14. Como condição prévia para a análise, e em se tratando de STIC, forçoso nos reduzir à obediência da **Resolução n. 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça** que trata das diretrizes para esses tipos de contratações no âmbito do Poder Judiciário.

15. No tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do referido normativo, observa-se que todos foram elaborados pela equipe de planejamento, conforme já registrado no item 4 deste parecer.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. A contratação está em consonância com o Plano de Contratações de TIC 2023, código identificador 2023-C02 ([0944476](#)) e item 85 do Plano Institucional, disponível em: https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/copy_of_contratacoes/arquivos%20SECONT/plano-de-contratacao-comap/tre-ropac2023-outubro2022.

17. Assim, quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, as diretrizes específicas foram integralmente observadas no caso em tela.

3.2. DA PRORROGAÇÃO

18. Conforme relatado, na Remessa n. 02/2023 - NATCTIC ([0966288](#)), o chefe do núcleo registrou a conclusão da equipe de planejamento pela prorrogação, por mais 12 meses do referido contrato firmado entre este Tribunal e a empresa **OMNICENTRAL TECNOLOGIA EIRELI**.

19. Depreende-se não haver óbices à pretensão da Administração.

20. A Lei n. 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original)

21. O primeiro requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

continua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772*).

22. Ressalte-se que o Contrato n. 07/2022 em análise admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

13.1 - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua última assinatura eletrônica, **podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses**, conforme art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

23. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva: “iguais e sucessivos períodos”. Tal requisito encontra-se atendido, conforme se verifica no relato do gestor, baseado nos estudos da Equipe de Planejamento, que sugere a prorrogação do contrato por igual prazo da vigência inicial de 12 meses. Sendo que assim, caso deferida pela Administração, o presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da avença citada, por mais 12 (doze) meses, a contar de 22/04/2023 a 21/04/2024, mantidas as condições e os termos atuais da contratação, com alteração apenas no item 4.3 da Cláusula Quarta do Contrato, que versa sobre os responsáveis pela gestão e fiscalização da contratação, conforme segue:

4.3 - No TRE-RO a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Assessoria Especial da Presidência - ASEP (e-mail: asesep@tre-ro.jus.br) ou pelo seu respectivo substituto legal em suas ausências, e a fiscalização desta contratação será exercida pelo Assistente V da Ouvidoria Regional Eleitoral – ORE-RO (e-mail: ore-ro@tre-ro.jus.br) ou pelo seu respectivo substituto legal em suas ausências.

24. Cumpre registrar, ainda, que o limite de 48 (quarenta e oito) meses, não será alcançado com o deferimento desta prorrogação do contrato ora em análise.

25. O terceiro e último requisito que reside justamente na vantajosidade para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da Corte de Contas Nacional, devem ser aferidos por meio de pesquisa atual de preços no mercado. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

26. Segundo registrado na Análise de Viabilidade ([0964855](#)):

3.1.1.2 ORÇAMENTO ESTIMADO COM OS TODOS OS CUSTOS DOS SERVIÇOS QUE INTEGRAM A SOLUÇÃO ELABORADO COM BASE EM PESQUISA FUNDAMENTADA DE PREÇOS E QUADRO COMPARATIVO (Art. 14, II, "g" e III, da Resolução CNJ N. 182/2013):

A renovação da presente contratação demonstrou-se compatível com os valores praticados no mercado no valor total de **R\$ 262.068,00** (duzentos e sessenta e dois mil e sessenta e oito reais), sendo este, o mesmo valor praticado no Contrato 07/2022 do TRE-RO.

Foi realizado cotações com mais duas empresas além da empresa já contrada porém, as mesmas não responderam, assim, a cotação restou prejuducada como se verifica nos eventos ([0964962](#)) e ([0964964](#)) respectivamente.

As pesquisas no banco de preços não retornaram resultados que pudessem ser analisados de forma comparativa ao cenário do TRE-RO.

...

27. Como visto, as pesquisas levadas a cabo pela unidade gestora do contrato não lograram êxito em aferir a atual vantajosidade dos preços contratados. Em princípio essa situação seria um óbice invencível para a renovação pretendida. Contudo, **entende-se que essa regra possa ser mitigada. Primeiro** porque o preço decorre de uma licitação pública, levada a cabo pelo TRE-PB, no qual houve lances e disputa entre os licitantes, como registrado na ata do certame ([0798008](#)), com homologação do certame, em favor da contratada, em valores inferiores ao inicialmente estimado ([0798011](#)). **Segundo** porque, não houve reajustamento de preços nesse período (aliás, deve-se registrar que as regras da contratação originária não previu reajustamento de preços, embora admita a possibilidade de prorrogação do ajuste até 48 meses - situação que não se harmoniza com o entendimento pacificado no âmbito do TCU. Assim, de **forma excepcional**, esta unidade jurídica verifica que há no processo elementos que podem aferir a vantajosidade do atual preço contratado, situação permissiva à prorrogação da avença em relação a esse requisito. Contudo, **ORIENTA** ao Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC, que zele para que, em todas as prorrogações dos contratos de Solução de TIC, sempre traga aos processo os elementos capazes de comprovar, da forma mais objetiva possível, a efetiva vantajosidade na manutenção dos ajustes.

3.3. DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28. O Contrato TRE-RO n. 07/2022 ([0818495](#)) estabeleceu a obrigação de a empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *verbis*:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 - Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a Contratada prestará, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da assinatura do presente contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, por meio de qualquer uma das modalidades descritas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

16.1.1 - Caso a CONTRATADA opte pela modalidade Seguro Garantia, a apólice de seguro deverá ter de vigência de 90 (noventa) dias após o término da vigência do presente contrato;

...

16.9 - A contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, antes do seu vencimento, ou da redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou da assinatura do termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato e na prorrogação, mantendo-se o percentual estabelecido no item 16.1 desta cláusula.

29. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA nº 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

30. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)**

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.**

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.**

31. Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar nova garantia no valor de 5% (cinco por cento) do **patamar financeiro do contrato**, dimensionada para a cobertura das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela cláusula décima sexta do contrato.

3.4. ANÁLISE DA MINUTA DO TERMO ADITIVO

32. Juntou-se aos autos a minuta do 1º Termo Aditivo ao Contrato n. 07/2022 ([0970888](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara.

33. Contudo, verificam-se dois erros materiais em sua CLÁUSULA PRIMEIRA, II, veja-se:

Primeiro:

II – Alterar os responsáveis pela Gestão e Fiscalização desta contratação, indicados no item 4.3 da Cláusula Quarta do Contrato TRE-RO n. 04/2019, que passarão a ser conforme segue:

4.3 - No TRE-RO a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Assessoria Especial da Presidência - ASEP (e-mail: asesp@tre-ro.jus.br) ou pelo seu respectivo substituto legal em suas ausências, e a fiscalização desta contratação será exercida pelo Assistente V da Ouvidoria Regional Eleitoral – ORE-RO (e-mail: ore-ro@tre-ro.jus.br) ou pelo seu respectivo substituto legal em suas ausências.

Segundo:

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura deste Termo Aditivo, prorrogação da garantia contratual para o novo período de vigência deste Contrato, no valor correspondente de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na **Cláusula Sexta** do Contrato originário.

No primeiro caso, trata-se de alteração na Cláusula Quarta do **Contrato TRE-RO n. 07/2022**; no segundo, trata-se da **cláusula décima sexta**. Tais ocorrências, todavia, não impedem sua aprovação, mas deverá essa unidade ajustar a redação da minuta previamente à assinatura do instrumento pelas partes.

IV – CONCLUSÃO

34. Nesses termos, considerando sobretudo a Análise de Viabilidade produzida pela equipe de planejamento da contratação, a manifestação substancial da unidade gestora ([0963004](#)) e da STIC ([0966418](#)), esta assessoria jurídica **não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses**, a partir de 22/04/2023 até 21/04/2024, materializada em Termo Aditivo, com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fundamento no **artigo 57, IV, da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Décima Terceira do Contrato n. 07/2022, devendo a contratada apresentar a necessária complementação da garantia na forma da Cláusula Décima Sexta do Ajuste.**

Registre-se que, conforme já apontado no item **8 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023, com a programação no valor de **R\$ 262.068,00** (duzentos e sessenta e dois mil sessenta e oito reais) para execução no ano de 2023 ([0969596](#)).

Na forma registrada no item 27 deste parecer, **ORIENTA** ao Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC, que zele para que as unidades da STIC e equipes de planejamento da contratação - em todas as prorrogações dos contratos de Solução de TIC - traga sempre aos processos os elementos capazes de comprovar, da forma mais objetiva possível, a efetiva vantajosidade na manutenção dos ajustes.

35. Por fim, para cumprimento do **art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada aos autos ([0970888](#)), **devendo a SECONT observar, todavia, os ajustes na minuta referidos no item 33 deste parecer.**

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Edis Romano Neto, Estagiário**, em 30/01/2023, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 30/01/2023, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0971043** e o código CRC **1146B19C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos